UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
FACULDADE DE DIREITO
PROGRAMA DE GRADUAÇÃO EM DIREITO

HENRIQUE SANTOS FONSECA VELOSO

CRÉDITO RURAL: Do direito à prorrogação

Brasília

2016

HENRIQUE SANTOS FONSECA VELOSO

CRÉDITO RURAL: Do direito à prorrogação

Monografia apresentada à Banca Examinadora da Faculdade de Direito da Universidade de Brasília como exigência final à obtenção do título de Bacharel em Direito.

Orientador: Prof. Dr. Othon de Azevedo Lopes

Brasília

2016

FICHA CATALOGRÁFICA

VV443e Veloso, Henrique Santos Fonseca. ENDIVIDAMENTO RURAL: DO DIREITO À PRORROGAÇÃO / Henrique Santos Fonseca Veloso; orientador Othon de Azevedo Lopes. -- Brasília, 2016. 31 p.

Monografia (Graduação - Direito) – Universidade de Brasília, 2016.

1. Crédito Rural. 2. Endividamento Rural. 3. Prorrogação. 4. Refinanciamento. 5. Manutenção de Juros e Encargos. I. Lopes, Othon de Azevedo, orient. II. Título.

HENRIQUE SANTOS FONSECA VELOSO

ENDIVIDAMENTO RURAL: DO DIREITO À PRORROGAÇÃO

Monografia apresentada à Banca Examinadora da
Faculdade de Direito da Universidade de Brasília
como exigência final à obtenção do título de
Bacharel em Direito

Aprovada em de de

Banca Examinadora:

Prof^a. Dr^a. Inez Lopes

Membro da banca/ Qualificação

Prof. Adv. Esp. José Peixoto Guimarães Neto

Membro da banca/ Qualificação

Prof. Dr. Othon de Azevedo Lopes

Orientador

Brasília

2016

Dedico este trabalho à minha família, em especial à minha mãe Adcira Cunha Santos Veloso, com sua fé em Deus contagiou meu coração, às minhas irmãs e aos amigos, que muito colaboraram para sua realização.

AGRADECIMENTOS

Agradeço esta, bem como todas as minhas demais conquistas, aos meus amados pais (Rafael Fonseca Veloso e Adcira Cunha Santos Veloso), ademais dedico às minhas irmãs (Amanda e Rafaela Santos Veloso), ao meu orientador (Othon de Azevedo Lopes) pela paciência e compreensão e especialmente ao advogado e amigo (José Peixoto Guimarães Neto).

“Não posso antever o dia em que nenhum homem será mais rico que outro. Mas posso imaginar o dia em que o pobre deixará de invejar o rico e o rico deixará de explorar o pobre. Mesmo no mais perfeito mundo imaginável é difícil evitar desigualdades, mas podemos e devemos evitar conflitos e amarguras.” (Mahatma Gandhi)

RESUMO

O fenômeno do endividamento rural representa um risco para a manutenção da segurança alimentar, de maneira que o Crédito Rural é a principal fonte de recurso de financiamento da atividade agropecuária, devendo ser avaliado sob uma perspectiva que o insere como instrumento de realização de política pública. O legislador tratou de diferenciar de forma substancial o Crédito Rural dos demais instrumentos de crédito, considerando suas peculiaridades, de modo que este deve ser analisado como instituto do Direito Agrário, ou seja, refoge ao Direito Comercial. Suas regras, princípios e normas devem ser orientados no sentido de justiça social, em decorrência dos riscos inerentes da atividade agropecuária (frustração de safra, pragas, intempéries, etc...). Os agentes financeiros que compõe o Sistema Nacional de Crédito Rural são relacionados como instituições de fomento, porém a referida qualificação não se efetiva, pois a persecução do lucro é a finalidade primeira, impactando de forma significativa na relação com o produtor rural. No entanto o direito à prorrogação e refinanciamento com manutenção das taxas de juros e encargos das operações de crédito rural quando comprovada a incapacidade de pagamento por motivos alheios à vontade do produtor rural apresenta-se como direito, mecanismo real de mitigação do risco de inadimplência e persecução das finalidades e objetivos da política agrária, estando alinhado ao que prescreve as leis e normas que tratam do Crédito Rural.

Palavras-chave: Crédito Rural – Endividamento Rural – Prorrogação - Refinanciamento – Manutenção de Juros e Encargos.

ABSTRACT

The phenomenon of rural debt is a risk to food security, so rural credit is the main source of financing of agricultural activity and for that it should be analyzed through a perspective that sees it as a tool of public policy. The legislator differentiates substantially the rural credit from other forms of credit, considering its peculiarities in a way that it should be analyzed as an institute of Agrarian Law, which means, drifting apart from Commercial Law. Its rules, principles and norms must be oriented towards social justice, thanks to the inherent risks of agricultural activity (pests, weather...). The financial agents part of the National System of Rural Credit (Sistema Nacional de Crédito Rural) regarded as development institutions actually don't act in that manner since profit is their main objective and that has a substantial impact on their relation with the farmer. However, the right to extension and refinancing maintenance of fees and charges for rural credit operations when proven the incapability of payment for reasons that go beyond the farmer's will, presents itself as a right, as mechanism of mitigation of the risk of becoming insolvent and as a way to pursuit the purposes and objectives of the agrarian policy aligned to prescribing laws and regulations that deal with rural credit.

Key-words: Rural Credit - Rural Debt – Extension - Refinancing - maintenance of fees and charges

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	11
1 CRÉDITO RURAL	13
1.1	Classificação 14
1.1.1.....	Recursos Controlados 14
1.1.1.....	Recursos Não-controlados 15
1.2.....	Da vocação social e do interesse público 15
2 DO ENDIVIDAMENTO RURAL	17
3 OBSTÁCULOS À RENEGOCIAÇÃO	18
4 DO DIREITO À PRORROGAÇÃO	20
5 CONCLUSÃO.....	23
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	25

INTRODUÇÃO

A presente Monografia tem como objeto avaliar o fenômeno do Endividamento Rural sob uma perspectiva que delimita o Crédito Rural como instituto do Direito agrário, observando suas peculiaridades ante ao Direito Comercial e como instrumento de realização de política pública. Alencar compreende que o Direito Agrário é o campo adequado para tratar do Crédito Rural (2007, p. 179-180), como assinala o seguinte precedente do Supremo Tribunal Federal:

CRÉDITO RURAL INSTITUTO DE DIREITO AGRÁRIO QUE BUSCA PROTEÇÃO SOCIAL AO HOMEM DO CAMPO, NELE PREDOMINA O DIRIGISMO ESTATAL EM SUBSTITUIÇÃO À AUTONOMIA DE VONTADE. Crédito rural é instituto de direito agrário que, como outros, busca proteger o homem do campo. Seu sistema legal é sempre social, de onde emerge a necessidade do dirigismo estatal protetivo em detrimento da autonomia da vontade, que é liberdade de contratar. Isto significa dizer que a interpretação que deve decorrer do sistema é a que melhor se adéque ao homem do campo (STF - RE: 379480 RS, Relator: Min. CARLOS BRITTO, Data de Julgamento: 27/10/2009, Data de Publicação: DJe-220 DIVULG 23/11/2009 PUBLIC 24/11/2009)

Considerando o Crédito Rural uma importante fonte de recursos no financiamento da atividade agropecuária, sua relevância na economia e o fenômeno do endividamento rural, resta como pergunta-problema - Qual a solução para o problema da inadimplência no crédito rural? Considerando o Crédito Rural instituto do Direito Agrário e instrumento de realização de política pública, seria a repactuação e prorrogação medida coerente?

Ademais se busca traçar um panorama ilustrativo dos bancos e cooperativas de crédito como instituições de fomento, evidenciando sua inadequação e falta de vocação na condução das operações e promoção dos objetivos e finalidades do crédito rural.

Objetivos

Proceder a revisão bibliográfica sobre o tema, analisando os aspectos doutrinários, jurisprudenciais e normativos, aprofundar o estudo sobre a natureza diferenciada do Crédito Rural, sua inserção como instituto do Direito Agrário e os

desdobramentos dessa perspectiva, considerando o interesse público subjacente, sob um viés de proteção social, garantindo a produção de alimentos, a segurança alimentar do país mediante instrumentos de proteção à atividade agropecuária e avaliar as perspectivas jurídicas relativas ao fenômeno do Endividamento Rural e da inadimplência. Ao final demonstrar a coerência de tratar o problema do endividamento rural mediante a prorrogação e repactuação dos contratos referentes às operações de Crédito Rural, observando a manutenção das taxas de juros e encargos, sob a consideração de tratar-se de direito inalienável, indisponível e irrenunciável, admitindo, tão somente, diminuição ou manutenção das taxas de juros e encargos das operações de Crédito Rural prorrogadas ou refinanciadas.

1 CRÉDITO RURAL

O Crédito Rural abrange recursos destinados ao custeio, investimento ou comercialização, estando restrito ao financiamento das atividades rurais, de modo que foi institucionalizado pela Lei nº 4.829/65 e regulamentado pelo Decreto nº 58.380/66. As suas regras, finalidades e condições estão estabelecidas no Manual de Crédito Rural (MCR). O referido manual é elaborado e atualizado pelo Banco Central do Brasil que busca condensar num único documento todas as normas e princípios referentes às operações de crédito rural. Essas normas orientam os procedimentos adotados por todos os agentes que compõem o Sistema Nacional de Crédito Rural (SNCR), como bancos e cooperativas de crédito.

Conforme regras estabelecidas no MCR os recursos devem ser aplicados exclusivamente nas finalidades e condições nele especificadas, tais quais:

- a) custeio;
- b) investimento;
- c) comercialização.

O crédito de custeio destina-se a cobrir despesas normais dos ciclos produtivos.

O crédito de investimento destina-se a aplicações em bens ou serviços cujo desfrute se estenda por vários períodos de produção.

O crédito de comercialização destina-se a cobrir despesas próprias da fase posterior à coleta da produção ou a converter em espécie os títulos oriundos de sua venda ou entrega pelos produtores ou suas cooperativas.

Ademais são elencados os seguintes objetivos na aplicação do recurso:

- a) estimular os investimentos rurais para produção, extrativismo não predatório, armazenamento, beneficiamento e industrialização dos produtos agropecuários, quando efetuado pelo produtor na sua propriedade rural, por suas cooperativas ou por pessoa física ou jurídica equiparada aos produtores;
- b) favorecer o oportuno e adequado custeio da produção e a comercialização de produtos agropecuários;
- c) fortalecer o setor rural;

d) incentivar a introdução de métodos racionais no sistema de produção, visando ao aumento da produtividade, à melhoria do padrão de vida das populações rurais e à adequada defesa do solo;

e) propiciar, através de crédito fundiário, a aquisição e regularização de terras pelos pequenos produtores, posseiros e arrendatários e trabalhadores rurais;

f) desenvolver atividades florestais e pesqueiras;

g) quando destinado a agricultor familiar ou empreendedor familiar rural, nos termos da Lei nº 11.326, de 24/7/2006, estimular a geração de renda e o melhor uso da mão-de-obra familiar, por meio do financiamento de atividades e serviços rurais agropecuários e não agropecuários, desde que desenvolvidos em estabelecimento rural ou áreas comunitárias próximas, inclusive o turismo rural, a produção de artesanato e assemelhados.

1.1 Classificação

Os recursos destinados ao crédito rural, conforme MCR, podem ser classificados em recursos controlados e não-controlados.

1.1.1 Recursos controlados:

a) os recursos obrigatórios (decorrentes da exigibilidade de depósito à vista);

b) os das Operações Oficiais de Crédito sob supervisão do Ministério da Fazenda;

c) os de qualquer fonte destinados ao crédito rural na forma da regulação aplicável, quando sujeitos à subvenção da União, sob a forma de equalização de encargos financeiros, inclusive os recursos administrados pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES);

d) os oriundos da poupança rural, quando aplicados segundo as condições definidas para os recursos obrigatórios;

e) os dos fundos constitucionais de financiamento regional;

f) os do Fundo de Defesa da Economia Cafeeira (Funcafé).

1.1.2 Recursos não-Controlados:

São recursos destinados ao financiamento da atividade rural e estão subordinados às regras estabelecidas no MCR, no entanto podem ser contratados a taxas de juros e encargos livremente pactuados.

1.2 Da vocação social e do interesse público

É importante salientar que as operações de crédito rural subordinam-se à regulamentação e legislação em vigor e às normas do MCR, em especial as operações decorrentes de recursos controlados, que estão sujeitos a encargos financeiros estabelecidos pelo Conselho Monetário Nacional (CMN). Os recursos não controlados, em contrapartida, são contratados a taxas livremente pactuadas, não amparadas por subvenção econômica da União na forma de equalização de taxas de juros e outros encargos financeiros.

Quanto aos recursos controlados pode-se afirmar que o crédito rural é o:

[...] dinheiro que o Governo determina seja emprestado pelos estabelecimentos bancários de forma subsidiada para sustentar a atividade agrária, é um instituto de Direito Agrário, de autonomia plenamente admitida pela Constituição Federal, art. 22, inciso I, portanto, tem ele toda a conotação de proteção social. Como atividade bancária é considerada atividade de interesse público, é ela tutelada pelo Estado, de onde sofrem os Bancos eterna intervenção. Ora, como crédito rural é preocupação estatal, estão os Bancos necessariamente submetidos ao dirigismo do Estado, que por sua vez age na busca de uma justiça social. Como este tema, alinham-se outros como função social da propriedade, reforma agrária, desapropriação por interesse social, contratos de arrendamentos e parcerias, usucapião especial, títulos de crédito rural, dentre tantos outros que povoam o Direito Agrário (PROENÇA, 2007, p.182)

“CF/88, Art. 22. Compete privativamente à União legislar sobre: I - direito civil, comercial, penal, processual, eleitoral, agrário, marítimo, aeronáutico, espacial e do trabalho”;

Ademais Proença (2007, p.182) assevera que:

[...] as regras de autonomia de vontade no crédito rural são afastadas para dar lugar aos ditames oficiais onde deve sempre predominar a proteção do mais fraco. Assim, na interpretação de qualquer conflito envolvendo cédula rural, que é matéria de crédito rural, portanto Direito Agrário, deve-se ter presente a supremacia da interpretação social.

Wildman (2001, p.7) assevera que as normas de crédito:

[...] para consecução dos objetivos da política econômica no meio rural têm por meta conservar um sistema creditício que mantém um ambiente favorável e adequado às necessidades do setor. O meio rural, com carências advindas do próprio ciclo de produção e da sua dependência natural aos fatores climáticos, ocupa posição delicada em relações aos demais setores econômicos que, comumente, possuem ciclos produtivos mais rápidos e menos dependentes a fatores externos. A história demonstra a relevância da manutenção de um programa de crédito estável, em razão da importância da segurança alimentar para o país; a necessidade de fixação do homem no campo; e o exemplo dos países desenvolvidos que, em geral, dispõem altos subsídios para agricultura, protegendo o setor das carregadas condições de financiamento dos demais setores da economia.

O Sistema Nacional de Crédito Rural apresenta-se portanto, como sistema de subvenção econômica voltado ao fomento e desenvolvimento do setor primário, o qual, por ter ciclos de produção mais lentos (semestrais ou anuais) e de ser mais sujeito à intempéries, torna a atividade rurícola estreitamente dependente de crédito (WILDMANN, 2016)

Santos e Queiroz (2005, p. 132) asseveram que o crédito rural não é e nem pode ser confundido com o crédito comercial porque a atividade laborativa do tomador do crédito rural é notoriamente peculiar, distinta do comerciante e disciplinado por legislação própria. É o crédito rural um crédito especial até mesmo pelas cartulas distante de qualquer outra modalidade de empréstimo comum à rede bancária.

Ademais, Bulgarelli (2001, p.111) entende que os Títulos de Crédito Rural são títulos de natureza civil, em face de sua finalidade, a de servir de instrumento ao financiamento das atividades rurais. Portanto mais uma peculiaridade que o torna distinto dos demais instrumentos de crédito, portanto refogem ao âmbito do direito comercial.

A disponibilização e a destinação de tais créditos manifestam-se como vontade de política econômica dos poderes públicos, que separa as dotações creditícias a serem disponibilizadas para cada atividade, bem como as finalidades específicas das mesmas. Pode-se dizer, com tranquilidade, que o SNCR opera com linhas de crédito, com diferentes origens de recursos, finalidades e condições de contratação. (WILDMANN, 2016)

Os recursos destinados ao Crédito Rural são, em sua maioria, senão recursos públicos, recursos privados destinados, por lei ou por atos administrativos do poder público, ao financiamento de empreendimentos agrícolas específicos e definidos por resoluções do Conselho Monetário Nacional.(WILDMANN, 2016)

Portanto, as operações decorrentes do crédito rural devem ter tratamento diferenciado das demais operações creditícias, pois o legislador buscou conferir ao referido instituto peculiaridades, de modo que o interesse público subjacente deve estar sempre como princípio norteador da relação creditícia, tanto que o art. 1º da Lei 4.829/65 orienta sua aplicação no sentido de desenvolvimento da produção rural do país e na promoção do bem-estar do povo. “Lei 4.829/65, Art. 1º O crédito rural, sistematizado nos termos desta Lei, será distribuído e aplicado de acordo com a política de desenvolvimento da produção rural do País e tendo em vista o bem-estar do povo”

2 DO ENDIVIDAMENTO RURAL

A produção agrícola é uma atividade que tem um papel relevante na economia, de modo que o produtor rural em regra se submete ao financiamento da produção utilizando o recurso proveniente do Crédito Rural, no entanto pela baixa rentabilidade e pelos riscos inerentes (frustração de safra, pragas, intempéries, etc...) muitos produtores se encontram inadimplentes, tornando o problema do Endividamento Rural um aspecto de grande relevância.

O aumento do endividamento rural e a inadimplência representa um risco na manutenção da segurança alimentar, recentemente o país enfrentou um problema de escassez de feijão, um único item da cesta básica, provocando elevação do preço e implicando de maneira mais imediata na qualidade de vida da população de baixa renda. Imaginar um cenário de escassez que atinge todos os itens da cesta básica indica uma situação catastrófica, podendo inclusive provocar desagregação social.

3 OBSTÁCULOS À RENEGOCIAÇÃO

Os bancos e demais instituições vinculadas ao SNCR não são instituições vocacionadas à realização de fomento da atividade rural, nem tão quanto observam com o rigor necessário os direitos resguardados ao produtor rural. O Banco Central do Brasil criou e mantém atualizado o Manual de Crédito Rural (MCR), de modo a condensar num único documento os princípios, regras e normas que deveriam nortear a relação creditícia rurícola, condensando a legislação específica acerca do tema. No entanto, tal iniciativa não representou avanço substancial na forma que os bancos e demais instituições de fomento se relacionam com o crédito rural e seus beneficiários.

A legislação trata o crédito rural como um direito, em contrapartida o banco, demais instituições e seus agentes o relacionam como um produto, logo se percebe claramente um conflito entre o interesse público e o interesse privado do agente financeiro. Facilitar o acesso ao crédito rural não é interesse do prestador, pois a persecução do lucro é a finalidade primeira. O Crédito Rural não é interessante ao agente financeiro justamente porque as taxas de juros e encargos não são livremente estabelecidas. Ou seja, o prestador ora dificulta o acesso ao crédito para catapultar outros produtos mais lucrativos ora submete a aprovação da operação mediante a venda de outro produto mais lucrativo, pois o crédito rural apresenta taxas de juros e encargos significativamente mais baixos que os oferecidos pelo mercado.

Apesar da legislação acerca do tema ter um viés claramente protetivo em relação ao produtor rural, observa-se que a legislação não tem atingido seu objetivo.

A judicialização se tornou medida necessária para garantir ao produtor a efetivação dos seus direitos, pois mesmo com uma vasta legislação específica que confere ao produtor o direito de prorrogação quando comprovada sua incapacidade de pagamento e manifestação tempestiva, os bancos e demais instituições tem negado tal medida. O desconhecimento e a falta de uma orientação dos agentes representantes dos bancos e demais instituições têm provocado uma abordagem enviesada. Ou seja, os agentes estão orientados a tratar da problemática do endividamento rural da mesma forma que tratam as demais operações creditícias.

Fazendo um paralelo com a justiça do trabalho que é especializada e tem claramente um condão de proteção à parte hipossuficiente, de maneira a tratar das questões trabalhistas sob um prisma de colocar os litigantes num mesmo patamar de igualdade, preservando a parte mais fraca da relação, mitigando a desigualdade econômica, sob uma ótica de realização de justiça social, percebe-se que a relação creditícia rurícola não tem efetivado de maneira mais substancial o condão de proteção ao produtor rural e preservação da atividade rural, pois os bancos e demais instituições integrantes do SNCR deveriam adotar postura distinta na tratativa do problema do endividamento rural e da inadimplência.

Ou seja, mesmo sendo preconizado na legislação todo um entendimento diferenciado quanto à natureza do crédito rural, o agente financeiro que é identificado como instituição de fomento, deveria ter procedimentos que realmente consubstanciasse tal qualificação. Ou seja, os procedimentos de solicitação de prorrogação das operações deveriam ser claramente discriminados, de modo que houvesse publicidade e transparência quanto à análise dos pedidos. A solicitação de prorrogação ao emprestador pelo produtor rural é ignorada, de maneira que não há resposta quanto ao pedido nem manifestação escrita quanto à negativa de prorrogação. Assim inexoravelmente o produtor é forçado a se tornar inadimplente, não restando outro caminho que não seja a judicialização do pedido de prorrogação, provocando incremento nos custos do financiamento.

Ademais existe a falsa percepção que o refinanciamento por meio da prorrogação das operações de crédito rural representam um incremento de risco para o agente financeiro. Távora (2014, p. 23) assevera que no:

[...] processo de refinanciamento, o agente financeiro garante esse tipo de receita e, de quebra, reduz o seu risco, já que a prorrogação leva a uma nova operação que estende o prazo para pagamento e, sob essas condições, o agente financeiro deixa de ter o encargo de executar o mutuário e passa a contar com a possibilidade de remissão da operação, muitas vezes com custos e riscos repassados para a União. Inverte-se, nesse cenário, a lógica natural de que a prorrogação de um financiamento seria indesejável para o banco emprestador. Com a renegociação de operações equalizadas pelo governo, o banco troca um fluxo de receita incerto (proveniente de pagamentos pelos seus clientes, que podem se tornar inadimplentes) por um fluxo certo (pelo recebimento do valor que cobra a título de custos administrativos e tributários).

4 DO DIREITO À PRORROGAÇÃO

Proença (2007, p.182) entende que o Crédito Rural se reveste da mesma proteção reservada ao Direito do Trabalho, orientado no sentido de realização de justiça social. Dessa natureza diferenciada se extrai da norma algumas peculiaridades reservadas ao produtor rural que se orientam no sentido de manter a atividade, consubstanciando tal assertiva Santos (2005, p.132) assevera a natureza eminentemente social do Crédito Rural.

Ademais, Bulgarelli (2001, p.111) entende que os Títulos de Crédito Rural são títulos de natureza civil, em face de sua finalidade, a de servir de instrumento ao financiamento das atividades rurais. Portanto mais uma peculiaridade que o torna distinto dos demais instrumentos de crédito, refogem ao âmbito do direito comercial.

Decreto-lei nº 167/67, Art 10. A cédula de crédito rural é título civil, líquido e certo, exigível pela soma dêla constante ou do endôso, além dos juros, da comissão de fiscalização, se houver, e demais despesas que o credor fizer para segurança, regularidade e realização de seu direito creditório.

A partir dessas considerações que resguardam ao Crédito Rural peculiaridades, passa-se a analisar a possibilidade de repactuação e prorrogação de obrigações de operações decorrentes.

A prorrogação do financiamento ou da prestação vencida aos mesmos encargos financeiros antes pactuados no instrumento de crédito rural é um direito do produtor rural, conforme dispõem tanto o art. 4º da Lei 7.843/89:

Lei 7.843/89, Art. 4º - (...) Parágrafo Único: Fica assegurada a prorrogação dos vencimentos de operações rurais, obedecidos os encargos vigentes, quando o rendimento propiciado pela atividade objeto de financiamento for insuficiente para o resgate da dívida, ou a falta de pagamento tenha decorrido de frustração de safras, falta de mercado para os produtos ou outros motivos alheios à vontade e diligência do devedor, assegurada a mesma fonte de recursos do crédito original.

Como o Manual de Crédito Rural - MCR: 2.6.9: "independentemente de consulta ao Banco Central, é devida a prorrogação da dívida, aos mesmos encargos financeiros antes pactuados no instrumento de crédito [...]" (Circular BACEN nº 1.536 de 3.10.89). No mesmo sentido, a Lei 9.138/95 dispõe sobre o alongamento das dívidas rurais, fazendo referência à Lei 7.843/89 e confirmando o direito à prorrogação ao produtor, ou seja, determina terminantemente que não haja

alteração dos encargos financeiros na prorrogação. O seu artigo 8º não poderia ser mais claro:

Art. 8º - (...) Parágrafo Único: - Em caso de prorrogação do vencimento da operação, ajustada de comum acordo pelas partes ou nas hipóteses previstas na legislação de crédito rural, inclusive aquelas mencionadas no Decreto-lei 167, de 14 de fevereiro de 1967, e no art. 4º, parágrafo único, da Lei 7.843, de 18 de outubro de 1989, os encargos financeiros serão os mesmos pactuados para a situação de normalidade do financiamento.

Resta claro que a repactuação e prorrogação das operações de Crédito Rural, quando se comprova a incapacidade de pagamento, devem ser encaradas como um direito do produtor rural. Ademais, o Direito Agrário se estrutura numa orientação de realização de justiça social e considerando o Direito do Trabalho como um ramo que se sedimentou de maneira mais estruturada e eficaz na realização desse princípio, pode-se encarar a manutenção dos encargos financeiros como um direito inalienável, indisponível e irrenunciável, portanto a alteração majorada dos encargos não deve ser admitida nem quando o produtor-devedor aceita tal condição.

Importante observar que a prorrogação e alongamento da dívida é norma de caráter imperativo, portanto constitui-se em ordem, e não permissão, dirigida às instituições e agentes financeiros do SNCR. A tais entidades o Poder Público conferiu a obrigação de analisar o preenchimento dos requisitos legais do devedor, e, verificando-os presentes, deferir o pedido de alongamento. Logo é dever do agente financeiro proceder a prorrogação com manutenção das taxas de juros e encargos, de modo que da negativa é cabível mandado de segurança, abaixo transcrevo informativo do STJ que corrobora a assertiva:

MS. ALONGAMENTO. Dívida rural. Gerente. Banco. Delegação. Poder Público. A controvérsia cingiu-se em saber se é cabível mandado de segurança contra ato de gerente do Banco do Brasil que indeferiu pedido de alongamento de dívida rural. A Turma proveu o recurso, cassou o acórdão recorrido e afastou a carência da ação mandamental, determinando que o colegiado a quo julgue a apelação, ao argumento de que, nesse caso, o gerente do banco desempenha funções ou poderes próprios do Estado a ele transferidos por delegação. Explicitou-se que o alongamento da dívida rural está previsto na Lei n. 9.138/1995, que foi dirigida aos agentes financeiros do Sistema Nacional de Crédito Rural que, ao analisarem os requisitos exigidos nesse diploma legal e uma vez constatado o seu preenchimento, são obrigados a deferir os benefícios. Note-se que os recursos empregados na repactuação das dívidas dos agricultores são públicos, provenientes do Tesouro Nacional. Precedente citado: REsp

158.001-MG, DJ 1º/10/2001. REsp 505.756-PR, Rel. Min. Antônio de Pádua Ribeiro, julgado em 2/9/2004.

Portanto, a repactuação e prorrogação das operações de Crédito Rural se mostram como mecanismos teoricamente eficazes na solução do problema do endividamento rural e inadimplência.

A prorrogação e repactuação dos contratos referentes às operações de Crédito Rural deve observar o dispositivo legal de manutenção dos juros e encargos, portanto direito inalienável, indisponível e irrenunciável, admitindo, tão somente, diminuição ou manutenção.

5 CONCLUSÃO

O Crédito Rural é instituto do Direito Agrário e guarda peculiaridades ante ao Direito Comercial, pois deve ser compreendido como instrumento de realização de política pública, sob uma perspectiva que busca a proteção do homem do campo e a garantia da segurança alimentar, portanto seu sistema legal é voltado para realização de justiça social, sob o dirigismo estatal protetivo em detrimento à liberdade de contratar.

Devido à baixa rentabilidade da atividade agropecuária e seus riscos inerentes (intempéries, pragas, frustração de safra e demais externalidades) o legislador buscou criar mecanismos para fornecimento de crédito sujeito a juros e encargos financeiros estabelecidos pelo CMN, o qual determina que seja emprestado de forma subsidiada para financiar a atividade agropecuária aos estabelecimentos bancários e demais agentes financeiros que compõe o Sistema nacional de Crédito Rural (SNCR).

Wildman (2016) entende que o fenômeno do endividamento rural é decorrente das carências do ciclo de produção, da dependência dos fatores climáticos, da eventualidade de pragas e demais fatores que impactam na produtividade e rentabilidade, deve ser encarado como um risco à manutenção da segurança alimentar e à fixação do homem no campo. Portanto a exemplo dos países desenvolvidos que despendem altos subsídios para a atividade agrária, deve-se proteger o setor das condições carregadas de financiamento dos demais setores.

Os bancos e demais agentes financeiros que compõe o SNCR não são instituições vocacionadas ao fomento da atividade agropecuária, pois a persecução do lucro é finalidade primeira, de modo que o Crédito Rural passa a ser relacionado como mais um produto, observa-se que o agente financeiro ora dificulta o acesso ao crédito ora condiciona a aprovação da operação mediante a venda de outro produto mais lucrativo, pois os recursos controlados de crédito rural apresentam taxas de juros e encargos significativamente mais baixos que os oferecidos pelo mercado.

Apesar da legislação ter um viés claramente protetivo ao produtor rural observa-se um claro descumprimento dos agentes financeiros quanto ao agravamento da problemática do endividamento rural e inadimplência, pois a

prorrogação e refinanciamento com manutenção das taxas de juros e demais encargos quando comprovada a incapacidade de pagamento por problemas inerentes à atividade é um direito, logo as instituições de fomento deveriam facilitar e agir de maneira mais proativa no sentido de resguardar ao produtor a possibilidade de regularização de suas dívidas, porém conferem à problemática do endividamento rural o mesmo tratamento das demais operações creditícias. A judicialização do problema do endividamento rural se tornou medida necessária, pois os bancos e demais instituições de fomento não tem oferecido a oportunidade de prorrogação ou refinanciamento do débito com a manutenção das taxas de juros e encargos.

A prorrogação e refinanciamento dos contratos referentes às operações de crédito rural, quando comprovada a incapacidade de pagamento por problemas inerentes à vontade do produtor, deve observar a manutenção das taxas de juros e encargos, portanto direito inalienável, indisponível e irrenunciável, admitindo, tão somente, diminuição ou manutenção.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRASIL. BANCO CENTRAL DO BRASIL. *Manual de Crédito Rural*, Nº 594, de 30 de junho de 2015.

BRASIL. Constituição (1988). *Constituição [da] Republica Federativa do Brasil*. Brasília, DF: Senado Federal.

BRASIL. DECRETO Nº 58.380, DE 10 DE MAIO DE 1966. Aprova o Regulamento da Lei que Institucionaliza o Crédito Rural.

BRASIL. DECRETO-LEI Nº 167, DE 14 DE FEVEREIRO DE 1967. Dispõe sobre títulos de crédito rural e dá outras providências.

BRASIL. LEI Nº 4.829, DE 5 DE NOVEMBRO DE 1965. Institucionaliza o crédito rural.

BRASIL. LEI Nº 7.843, DE 18 DE OUTUBRO DE 1989. Dispõe sobre a atualização monetária das obrigações que menciona, e dá outras providências.

BRASIL. LEI Nº 9.138, DE 29 DE NOVEMBRO DE 1995. Dispõe sobre o crédito rural, e dá outras providências.

BRASIL. LEI Nº 11.326, DE 24 DE JULHO DE 2006. Estabelece as diretrizes para a formulação da Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais.

BULGARELLI, W. *Títulos de Crédito*, 16ª ed., São Paulo: Atlas, 2001.

CHAVENCO, M. R. A. *O SNRC e os Novos Instrumentos de Financiamento do Agronegócio: o mercado de crédito rural brasileiro entre dois modelos*. Orientador: Luis Fernando Massonetto. São Paulo, 2015.

PROENÇA, A. M. *Compêndio de Direito Agrário*. 1. ed. Pelotas (RS): EDUCAT, 2007. v. 1. 329p ..

RODRIGUES, S. T. S. *O Crédito Rural Promotor do Desenvolvimento e o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF)*. João Pessoa, 2013.

SANTOS, M. W. B; QUEIROZ, J. E. L.(Coord.). *Direito do agronegócio*. Belo Horizonte: Fórum, 2005. 701 p.

TÁVORA, F. L. *Renegociação de Dívida Rural: reflexões sobre o financiamento da agricultura brasileira*. Brasília: Núcleo de Estudos e Pesquisas/CONLEG/Senado, abr./2014 (Texto para Discussão nº 146). Disponível em: www.senado.leg.br/estudos. Acesso em: 11 de abril de 2014.

WILDMANN, I. P. *Crédito Rural - A Hermenêutica dos Contratos e a Liquidação de Dívidas Enquadradas na Securitização ou Pesa: aspectos de relevante interesse público*. Disponível em: <http://www.wildmannadv.com.br/artigos/texto01.html>: Acesso em: 30/04/2016

_____. *Crédito Rural: teoria, prática, legislação e jurisprudência*. Belo Horizonte: Del Rey, 2001